



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

39º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2017 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) O artigo 1º da Constituição Federal enumera os princípios fundamentais da República. NÃO constitui um dos fundamentos da República:

- (a) a soberania.
- (b) a cidadania.
- (c) a dignidade da pessoa humana.
- (d) a isonomia.
- (e) o pluralismo político.

2) No que concerne aos direitos sociais, se pode afirmar que:

- (a) por demandarem uma atuação negativa do Poder Público, podem ser classificados como “direitos de cunho defensivo”.
- (b) o Supremo Tribunal Federal, segundo jurisprudência pacífica, entende que somente os direitos ligados ao denominado “mínimo existencial” podem ser pleiteados em juízo.
- (c) embora o artigo 196 da CF preceitue que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”, os Tribunais Superiores acolhem a chamada “tese da subsidiariedade” suscitada pela Fazenda Pública Estadual, ou seja, a responsabilidade primária para a implementação das prestações de saúde seria dos Municípios.
- (d) a assistência social depende expressamente de contribuição à seguridade social.
- (e) o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

3) Quanto à organização do Estado, é INCORRETO afirmar que:

- (a) a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sendo todos autônomos, nos termos da Constituição.
- (b) do ponto de vista histórico, distintamente da experiência constitucional norte-americana, o federalismo brasileiro é classificado pela doutrina como um “federalismo por desagregação”.
- (c) é vedado aos entes federativos criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
- (d) a lei federal possui sempre primazia sobre a lei estadual.
- (e) os Estados possuem uma denominada “competência remanescente ou residual”, tendo em vista que a eles são reservadas as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal.

4) NÃO constitui hipótese de intervenção federal prevista no artigo 34 da Constituição Federal:

- (a) a manutenção da integridade nacional.
- (b) a recusa justificada ao não pagamento da dívida fundada.
- (c) pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
- (d) garantir o exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.
- (e) assegurar a observância dos denominados “princípios constitucionais sensíveis”.

5) Em sede de Direito Comparado, são diversos os sistemas de controle de constitucionalidade que podem ser encontrados. No Brasil, adota-se o sistema eclético ou misto de controle de constitucionalidade.

O sistema eclético de controle de constitucionalidade caracteriza-se pela coexistência:

- (a) das modalidades de controle judicial difuso e concentrado.
- (b) do controle preventivo e repressivo, exercidos apenas pelo Poder Judiciário.
- (c) do controle de constitucionalidade por ação e por omissão, sendo este exercido apenas pelo Supremo Tribunal Federal.
- (d) entre o controle político e jurídico, exercidos respectivamente através do veto por contrariedade ao interesse público e por inconstitucionalidade.
- (e) do controle concentrado no plano estadual e no plano federal.

6) Em relação às emendas constitucionais prescritas no artigo 60 da Constituição Federal, é CORRETO assinalar que:

- (a) constituem fruto do poder constituinte derivado, caracterizado por ser inicial e ilimitado.
- (b) o texto constitucional brasileiro não reconhece a existência de limites circunstanciais ao poder de emenda.
- (c) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa
- (d) o rol de cláusulas pétreas abrange a forma republicana , sistema representativo e regime democrático.
- (e) o Supremo Tribunal Federal não reconhece a existência de “limites implícitos” ao poder de reforma constitucional.

7) No que diz respeito aos princípios gerais da atividade econômica, NÃO se encontra no rol do artigo 170 da Constituição Federal:

- (a) soberania nacional.
- (b) propriedade privada.
- (c) função social da propriedade.
- (d) livre concorrência.
- (e) proibição de qualquer discriminação no tocante a salário.

8) Não pode propor Ação Direta de Inconstitucionalidade:

- (a) O Presidente da República
- (b) O Presidente do Senado Federal
- (c) Governador de Estado
- (d) O Procurador-Geral da República
- (e) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

9) A respeito da disciplina constitucional do Tribunal de Contas da União, julgue os itens a seguir:

I – Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.

II - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

III – Os Ministros do Tribunal de Contas da União devem ter mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade.

IV – Cabe ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

É correto o que se afirma em:

- (a) I, II e III.
- (b) Apenas II.
- (c) II, III e IV.
- (d) II e IV.
- (e) I, III e IV.

10) Sobre a disciplina constitucional do direito de greve e a sindicalização dos servidores públicos, assinale a alternativa correta:

- (a) A Constituição da República de 1988 assegura o direito de greve aos servidores públicos civis, mas, por falta de lei específica, este direito permanece obstado até os dias atuais.
- (b) De acordo com o art. 142 da Constituição Federal, os servidores públicos militares podem fazer greve em casos excepcionais, como, por exemplo, atraso no pagamento de salários.
- (c) O atual entendimento do Supremo Tribunal Federal permite que o servidor público grevista tenha os dias não trabalhados descontados de sua remuneração, desde que a paralisação não tenha sido causada por conduta ilícita da Administração.
- (d) A Constituição da República proíbe a sindicalização de servidores civis e militares.
- (e) O art. 37 da Constituição Federal estabelece que, no caso de greve em serviços públicos essenciais, deve ser mantido, no mínimo, 30% (trinta por cento) do efetivo em funcionamento.

11) Assinale a alternativa incorreta no que se refere a competências legislativas:

- (a) Nas competências legislativas concorrentes, a edição de normas gerais pela União Federal não exclui a competência suplementar dos Estados-Membros.
- (b) Compete privativamente à União legislar sobre desapropriação, bem como trânsito e transporte.
- (c) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção à infância e à juventude.
- (d) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados não poderão legislar sobre o assunto, devendo aguardar pela edição da norma federal.
- (e) Compete aos Municípios suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

12) Os Estados podem instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Assinale a alternativa correta a respeito das regiões metropolitanas:

- (a) A região metropolitana é dotada de personalidade jurídica própria.
- (b) Uma vez instituída a região metropolitana, será de sua competência a prestação dos serviços públicos de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto.
- (c) De acordo com o art. 25 da Constituição Federal, a criação de região metropolitana deve ser precedida de plebiscito.
- (d) Os Municípios integrantes das regiões metropolitanas perdem a autonomia política, financeira e administrativa.
- (e) As regiões metropolitanas devem ser criadas por lei complementar estadual.

13) É célebre a afirmação de Boaventura de Souza Santos de que é preciso “democratizar a democracia”. Com o intuito de trazer maior participação popular à democracia representativa, são instrumentos de participação popular direta previstos na Constituição Federal de 1988:

- (a) Plebiscito, referendo e iniciativa popular de projetos de leis.
- (b) Iniciativa popular de propostas de emendas à Constituição e plebiscito.
- (c) Referendo e legitimidade do cidadão para propor Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).
- (d) Legitimidade do cidadão para propor ação popular e iniciativa popular de propostas de emendas à Constituição.
- (e) Voto popular direto para escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União e referendo.

14) Julgue os itens a seguir a respeito das funções essenciais à justiça.

I - Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal devem ingressar na carreira por concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases e exercem a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

II - Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

III - Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal adquirem vitaliciedade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

IV - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

É verdadeiro o que se afirma em:

- (a) I e III.
- (b) I, II e IV.
- (c) I, II e III.
- (d) III e IV.
- (e) Todas são verdadeiras.

15) O art. 169 da Constituição prevê que as despesas com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderão exceder os limites estabelecidos em lei complementar. Estes limites são previstos na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), segundo a qual a União não pode exceder 50% de sua receita corrente líquida com pessoal, enquanto Estados e Municípios não podem superar 60% de sua receita corrente líquida com despesas de pessoal. Caso esses limites sejam extrapolados, a Constituição prevê a adoção das seguintes medidas:

- (a) Exoneração imediata de todos os ocupantes de cargos em comissão, por antiguidade no cargo, até que sejam atingidos os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (b) Proibição imediata de realização de concursos públicos por até dois anos.
- (c) Redução em pelo menos 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e exoneração dos servidores não estáveis. Caso essas medidas sejam insuficientes, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.
- (d) Proibição automática de realização de concursos públicos por até três anos e redução de 25% (vinte e cinco por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança.
- (e) Redução automática e imediata da remuneração de todos os servidores públicos, com a correspondente redução da carga de trabalho e proibição imediata de realização de concursos públicos por até cinco anos.

DIREITO CIVIL

1) A personalidade é definida pela doutrina como a aptidão para adquirir direitos e contrair obrigações. Já a capacidade é definida como a aptidão para utilizar os direitos na vida civil, exercendo-os por si mesmo, sem necessidade de assistência ou representação. Em relação às disposições do Código Civil acerca da personalidade e capacidade, marque a alternativa incorreta:

- (a) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida e a existência da pessoa natural termina com a morte.
- (b) A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.
- (c) A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
- (d) São absolutamente incapazes para exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 (dezoito) anos.
- (e) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.

2) São pessoas jurídicas de direito público interno, exceto:

- (a) O Estado do Rio de Janeiro.
- (b) A Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.
- (c) O Município do Rio de Janeiro.
- (d) O Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN/RJ.
- (e) O Instituto Estadual do Ambiente – INEA.

3) O nome empresarial é o elemento de identificação do empresário ou da sociedade empresária. Acerca do tema, marque a alternativa correta:

- (a) Os princípios da veracidade e da novidade do nome empresarial não foram adotados pela legislação brasileira.
- (b) A inscrição do empresário, ou dos atos constitutivos das pessoas jurídicas, ou as respectivas averbações, no registro próprio, asseguram o uso exclusivo do nome nos limites do respectivo Município.
- (c) Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada" ou a sua abreviatura.
- (d) Tendo em vista o valor econômico existente, o nome empresarial pode ser objeto de alienação.
- (e) O nome de sócio que vier a falecer, for excluído ou se retirar, pode ser conservado na firma social.

4) Sobre o Direito Societário, assinale a alternativa em que o tipo de sociedade não corresponde à sua descrição:

- (a) Sociedade limitada: a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- (b) Sociedade empresária: exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- (c) Sociedade anônima: o capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir.
- (d) Sociedade em comum: os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresse limitativo de poderes, que somente terá eficácia contra o terceiro que o conheça ou deva conhecer.
- (e) Sociedade não personificada: constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, prevê os requisitos estipulados em lei.

5) João, que sempre teve domicílio no Rio de Janeiro, ao ser aprovado em concurso público, passou a exercer permanentemente suas funções em Niterói, sem qualquer mudança efetiva de residência. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.

- (a) O domicílio de João no Rio de Janeiro deve ser desconsiderado, já que Niterói é seu domicílio necessário.
- (b) Niterói não é o domicílio de João, tendo em vista que lá não estabeleceu sua residência com ânimo definitivo.
- (c) João terá de optar entre os dois domicílios, tendo em vista que o atual Código Civil não admite a pluralidade de domicílios.
- (d) O domicílio necessário é o que resultada da lei ou da vontade das partes.
- (e) João terá domicílio plúrimo: o legal, decorrente de sua função como servidor público, e aquele onde constituiu sua residência com ânimo definitivo.

6) Sobre os bens públicos, assinale a alternativa correta de acordo com o Código Civil brasileiro:

- (a) É admissível a usucapião de bens públicos, desde que sejam dominicais e não estejam observando a função social da propriedade.
- (b) Os bens públicos são inalienáveis, ainda que sejam dominicais.
- (c) A sede do Tribunal de Justiça do Estado é de uso comum do povo, já que qualquer pessoa, cumprindo os regulamento, pode dela utilizar.
- (d) Os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado são considerados dominicais.
- (e) É abusiva a cobrança pelo uso comum dos bens públicos, por violação ao princípio da igualdade.

7) Invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados, exceto:

- (a) As condições fisicamente impossíveis, quando suspensivas.
- (b) As condições de não fazer coisa ilícita.
- (c) As condições incompreensíveis.
- (d) As condições contraditórias.
- (e) As condições ilícitas.

8) Assinale a alternativa que melhor define a condição:

- (a) Cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- (b) Cláusula que, derivando da vontade das partes ou da lei, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- (c) Cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina a eficácia do negócio jurídico a evento futuro e certo.
- (d) Cláusula que, derivando exclusivamente da lei, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- (e) Cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento certo e presente.

9) No que se refere ao direito das obrigações, é incorreto afirmar que:

- (a) se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá.
- (b) se a obrigação for de dar coisa incerta, antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.
- (c) extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.
- (d) nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra não se estipulou.
- (e) perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.

10) Sobre a prescrição, assinale a alternativa correta:

- (a) a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
- (b) os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- (c) corre a prescrição na pendência de condição suspensiva.
- (d) a prescrição pode ser interrompida mais de uma vez.
- (e) a prescrição ocorre em cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

11) Considerando as disposições legais sobre a extinção das obrigações, é correto afirmar, exceto:

- (a) o pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido.
- (b) o pagamento reiteradamente feito em outro local faz presumir a renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.
- (c) dá-se a novação quando o devedor contrai com o credor nova dívida sem extinguir e substituir a anterior.
- (d) a compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis.
- (e) a remissão da dívida, aceita pelo devedor, extingue a obrigação, mas sem prejuízo de terceiro.

12) Não é considerado como um defeito do negócio jurídico:

- (a) o erro.
- (b) o dolo.
- (c) a coação.
- (d) o encargo.
- (e) a lesão.

13) No que se refere ao contrato de compra e venda, marque a alternativa incorreta:

- (a) a compra e venda pode ter por objeto coisa atual ou futura.
- (b) salvo cláusula em contrário, as despesas de escritura e registro ficarão a cargo do comprador, e a cargo do vendedor as da tradição.
- (c) nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma não autoriza a rejeição de todas.
- (d) é lícita a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.
- (e) o direito de preferência pode ser cedido e transferido aos herdeiros.

14) É nulo o negócio jurídico quando:

- I** – não revestir a forma prescrita em lei;
- II** – tiver por objetivo fraudar lei imperativa;
- III** – a lei proibir-lhe a prática, sem cominar sanção;
- IV** – o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.

- (a) todas as afirmativas são corretas.
- (b) apenas as afirmativas I, II e IV são corretas.
- (c) apenas as afirmativas I e II são corretas.
- (d) a afirmativa IV é falsa.
- (e) a afirmativa II é falsa.

15) Considerando o previsto no Código Civil acerca do inadimplemento das obrigações, é incorreto afirmar que:

- (a) considera-se em mora o credor que não quiser receber o pagamento no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.
- (b) o devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se não houver por eles se responsabilizado expressamente.
- (c) a cláusula penal pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora.
- (d) o valor da cominação imposta na cláusula penal deve exceder o da obrigação principal.
- (e) se no contrato for estipulado o direito de arrendimento para qualquer das partes, as arras terão função unicamente indenizatória.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1) O princípio do acesso à justiça impõe que:

- (a) nenhuma lesão ou ameaça de lesão deixe de ser apreciada pelo Poder Judiciário;
- (b) o particular sempre esgote as vias administrativas antes de ingressar em juízo;
- (c) o cidadão sempre seja representado judicialmente por advogado;
- (d) sejam recolhidas custas e taxa judiciária em qualquer causa levada ao Poder Judiciário;
- (e) todos os meios alternativos de solução de conflitos sejam observados, independentemente dos direitos tutelados.

2) A impossibilidade jurídica do pedido é:

- (a) uma condição da ação;
- (b) uma regra de competência;
- (c) um pressuposto processual negativo;
- (d) um requisito negativo para acolhimento do pedido;
- (e) um pressuposto processual positivo.

3) Relativamente à cumulação de pedidos – e desde que observada a compatibilidade entre eles, bem como a competência do Juízo e a adequação do rito para todos –, não é possível:

- (a) diversos autores formularem um único pedido contra um único réu;
- (b) um único autor formular um único pedido contra diversos réus;
- (c) um único autor formular pedidos diversos contra réus diferentes;
- (d) um único autor formular um pedido subsidiário, que o juiz poderá examinar se eventualmente não entender viável o pedido principal;
- (e) um único autor formular diversos pedidos contra um único réu.

4) Em uma demanda com vários réus, o prazo para que eles apresentem a defesa poderá ter início:

- (a) para todos, com a juntada do mandado de citação do primeiro réu a ser citado;
- (b) para todos, com a juntada do mandado de intimação e citação do réu contra o qual tenha sido deferida a liminar;
- (c) para todos, com a juntada do último mandado de citação, ainda que algum dos réus não tenha sido citado;
- (d) para cada um dos réus, à medida em que cada um deles for citado e juntado o seu respectivo mandado de citação;
- (e) para todos, com a juntada do mandado de citação do último réu a ser citado.

5) Seria possível aplicar meios alternativos de soluções de conflitos quando um litígio envolver um ente público?

- (a) não, o interesse público é sempre indisponível e impede soluções alternativas;
- (b) sim, todo e qualquer direito pode ser objeto de transação;
- (c) sim, mas apenas meios de composição, não sendo possível a utilização de mecanismos alternativos de adjudicação, como a arbitragem;
- (d) não, pois a transação de direitos poderia levar a situações de desigualdade diante de casos semelhantes;
- (e) sim, a conciliação, a mediação e a arbitragem podem ser aplicadas nos litígios envolvendo entes públicos, desde que a discussão envolva direitos disponíveis ou direitos indisponíveis transacionáveis.

6) Uma vez citado, o réu poderá sustentar em sua contestação diversas questões, exceto:

- (a) impugnar o valor atribuído à causa pelo autor ou pelo juiz;
- (b) oferecer reconvenção contra o autor, mesmo em relação a matéria para a qual o Juízo seja incompetente;
- (c) alegar incompetência absoluta ou relativa do Juízo;
- (d) suscitar a falta de pressuposto processual ou condição da ação;
- (e) impugnar a concessão do benefício da gratuidade de justiça ao autor.

7) O ordenamento jurídico brasileiro, no tocante à comunicação de provas entre processos distintos:

- (a) não admite o empréstimo de provas produzidas noutro processo;
- (b) admite a prova emprestada, desde que garantido contraditório, e valoradas de acordo com a avaliação do juízo;
- (c) não admite o empréstimo de provas produzidas em processo criminal para utilização num processo civil;
- (d) admite a prova emprestada, com valoração inferior àquelas produzidas no próprio processo;
- (e) admite a prova emprestada, desde que valoradas pelas partes.

8) De acordo com o Código de Processo Civil em vigor, marque a alternativa que dispõe corretamente sobre aspectos da sentença:

- (a) sentença é o ato do juízo que sempre resolve o mérito da causa;
- (b) não é possível que a sentença decida parcialmente a causa;
- (c) a decisão que não aprecia o mérito da causa nunca será uma sentença;
- (d) a sentença pode encerrar a fase cognitiva do procedimento comum ou extinguir uma execução;
- (e) a sentença bem fundamentada não precisa ter dispositivo.

9) A respeito do instituto da coisa julgada, pode-se afirmar:

- (a) trata-se de hipótese de imutabilidade absoluta e intransponível de qualquer decisão judicial;
- (b) atinge inclusive decisões que não apreciam o mérito da causa, incondicionalmente;
- (c) funda-se nas ideias de unidade da jurisdição, estabilidade das decisões judiciais e segurança jurídica;
- (d) diz-se coisa soberanamente julgada aquela ainda sujeita à ação rescisória;
- (e) como pode ser desconstituída por ação própria, não se trata de direito fundamental.

10) Não é cabível o recurso de apelação contra:

- (a) decisão interlocutória que exclui litisconsorte do processo;
- (b) decisão interlocutória não sujeita a recurso de agravo de instrumento;
- (c) sentença que julga extinto o processo sem exame de seu mérito;
- (d) sentença que julga liminarmente improcedente o pedido, quando este contraria enunciado de súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal;
- (e) decisão interlocutória que rejeita pedido de exclusão de litisconsorte.

PORTUGUÊS

PICHAÇÃO É CRIME. GRAFITAGEM É ARTE.

Desde os primórdios, o homem se destacou em se expressar por meio de desenhos e escritos, nos rochedos e paredes das cavernas onde habitava. Muitos sítios arqueológicos preservados apontam que, desde a época da Pedra Lascada, os artistas pintavam animais, preferencialmente cavalos, mamutes, bisões e seres humanos, com destaque para as mulheres. Utilizavam-se de ferramentas feitas de ossos, pedra e marfim, que serviam tanto para os desenhos, como para a caça e a luta entre grupos inimigos.

Talvez resida aí uma das explicações da origem da pichação e da grafiteagem, técnicas que realizam uma intervenção urbana visando expor a arte de rua (*street art*). A legislação brasileira que trata da aplicação de sanções penais e administrativas, em decorrência de atividades lesivas ao meio ambiente (artigo 65 da Lei nº 9.605/ 1998), pune aquele que “pichar, grafitar ou, por outro meio, conspurcar edificação ou monumento urbano”. A pena é de três meses a um ano e aumenta de seis meses a um ano se o ato for praticado contra monumento ou coisa tombada em virtude de seu valor artístico, arqueológico ou histórico.

Tanto a pichação como o *graffiti* foram lançados na vala comum e considerados condutas penalmente reprováveis, pelo dano que causam ao ambiente, em razão da poluição visual. Ocorre que, lentamente, a própria avaliação estética proporcionou uma separação e uma nova definição para as duas modalidades. A pichação despe-se de qualquer referência artística e, inerente à sua vocação clandestina, invade as ruas com palavras hostis e símbolos agressivos de uma cultura de

transgressão. A grafiteagem, por sua vez, estruturada por grupos comprometidos com a arte, busca o espaço urbano para trabalhar com sua tinta spray e criar paisagens, gravuras e painéis harmônicos, extremamente coloridos. É muito frequente o pedestre parar e admirar a arte exposta na rua, sem falar do interesse interpretativo dos críticos especializados na modalidade, que já conseguiram entronizar a *street art* nos grandes museus.

Daí que o legislador, sem muita dificuldade e em boa hora, interpretou a vontade popular e retirou a grafiteagem do limbo, introduzindo-a no rol de condutas lícitas, decretando, em consequência, sua descriminalização pela Lei nº 12.408, de maio de 2011. De forma expressa, determina o permissivo legal: “Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional”.

A arte popular, desta forma, recebe licença para fazer seu vernissage nas ruas, exibir o conteúdo de suas belas-artes e demonstrar que a estética está diretamente relacionada com a filosofia do belo. Aquilo que é prazeroso para os olhos e que tem aptidão para encantar as pessoas, transportando-as para um ambiente harmônico onde poderá fazer livremente suas incursões no imaginário oferecido, não merece ser reprimido penalmente. Arte não combina com proibição.

No lugar de um muro branco, envelhecido pelo tempo, sem qualquer atrativo, imagine-se diante de um trabalho de grafite retratando uma cena do amanhecer do pantanal mato-grossense, com seus pássaros coloridos e seu céu de um azul inconfundível. Eleva o espírito e o transporta para o estado de graça. Bem melhor do que a pichação, principalmente quando se aproxima a época de propaganda eleitoral.

Eudes Quintino de Oliveira Júnior*, dezembro /2014

* Promotor de Justiça, mestre em Direito Público, Pós-doutorado em Ciências da Saúde, reitor da Unorp.

<https://eudesquintino.jusbrasil.com.br/artigos/133226868/pichacao-e-crime-grafiteagem-e-arte>

1) Do ponto de vista da composição, é correto afirmar que o texto:

- (a) É predominantemente dissertativo, utilizando-se inicialmente da narração como forma de situar o leitor sobre a origem da pichação e da grafiteagem.
- (b) É predominantemente narrativo, visto que o autor evoca a origem da pichação e da grafiteagem, voltando a um período histórico como forma de também mostrar a evolução da legislação brasileira sobre o assunto.
- (c) Equilibra em harmonia narração e descrição, à medida que faz avançar a história da *street art* e cria o cenário de sua ambientação.
- (d) É predominantemente descritivo, a partir do momento que suspende a origem da pichação e da grafiteagem dando lugar à construção detalhada do cenário da *street art*.
- (e) É predominantemente dissertativo, pois faz da reflexão sobre a legislação a argumentação exclusiva do texto.

2) É possível deduzir do texto que:

- (a) No início da civilização, nossos antepassados faziam uso das paredes das cavernas como forma de protesto e isso justifica a origem da pichação e do grafite.
- (b) É fundamental que ambas as manifestações: pichação e grafite estejam presentes na *street art*.
- (c) A legislação evoluiu, mas não promoveu qualquer distinção entre arte e poluição visual nas ruas.
- (d) Em tempos de eleição, o grafite deveria promover um vernissage como forma de melhorar a estética nas ruas, sem contudo menosprezar a pichação.
- (e) A pichação é a manifestação que se assemelha às campanhas eleitorais devido à poluição visual nas ruas.

3) Destacamos o excerto da Lei nº 12.408, de maio de 2011, a fim de que você assinale qual das opções, a seguir, parafraseia o sentido do texto original:

“(...) Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário, e quando couber pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso do bem público, com autorização do órgão competente e a observância das posturas constantes nos editais municipais, e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional”

- (a) Segundo a Lei 12.408, de maio de 2011, deixa de ser crime a prática de grafite, em patrimônio público ou privado, contanto que os responsáveis pelo bem público ou particular reconheçam o valor artístico dessa intervenção, já que esse é o princípio das normas legais estabelecidas pelos órgãos governamentais direcionados à preservação e à conservação do patrimônio histórico e cultural.
- (b) Segundo a Lei 12.408, de maio de 2011, deixa de ser crime, pois a prática do grafite leva em conta que normas legais podem ser modificadas pelos artistas que ocupam tais espaços urbanos, já que a expressão artística deve ser respeitada tanto pelos gestores governamentais, quanto pelos que gerenciam as suas propriedades particulares.
- (c) Segundo a Lei 12.408, de maio de 2011, não haverá mais crime, na prática do grafite, já que as empresas privadas mostraram-se interessadas em apoiar financeiramente os artistas da *street art*, nas intervenções que promovam nos espaços urbanos da cidade.
- (d) Segundo a Lei 12.408, de maio de 2011, deixa de ser crime a prática do grafite já que o objetivo de embelezar os espaços privados da cidade, foi “comprado” pelas empresas de capital aberto, tendo em vista que o patrocínio desses eventos pelos governos públicos depende de muita burocracia e de dinheiro.
- (e) Segundo a Lei 12.408, de maio de 2011, independente de ser crime ou não, os trabalhos artísticos, característicos da *street art* não respeitam as regras estabelecidas pelos editais governamentais, já que esse tipo de intervenção estética é libertário e transgressor.

4) De acordo com o texto, o termo “conspurar” não admite o seguinte significado:

- (a) desonrar
- (b) danificar
- (c) desnodoar
- (d) enxovalhar
- (e) emporcar

5) Embora a linguagem referencial de cunho denotativo predomine ,nesse texto, retiramos esses quatro exemplos nos quais o autor usou linguagem conotativa:

”Tanto a pichação como o grafite foram lançados, na vala comum e considerados condutas plenamente reprováveis.”

“A pichação despe-se de qualquer referência”

“(…)inerente à sua vocação clandestina”

“A vontade popular tirou a grafitagem do limbo”

Podemos inferir, que ao optar por esse estilo:

- (a) O autor corrobora com a desqualificação da pichação por meio de uma escolha semântica negativa
- (b) O autor utiliza a linguagem figurada para amenizar o sentido negativo da pichação.
- (c) O autor exacerba o caráter exclusivamente obsceno da pichação ao utilizar a expressão ”despe-se”.
- (d) O autor quis trazer um sentido poético à pichação.
- (e) O autor reagiu à interferência da vontade popular referindo-se, elogiosamente, à grafitagem .

6) Indique o único segmento que apresenta redação condizente com as normas do português padrão ao realizar a concordância verbal:

- (a) A compreensão das duas formas de utilizar o espaço urbano são necessárias para entender o sentido de atividade artística nas ruas.
- (b) As duas legislações, em diferentes períodos, a que se submetem a arte de rua demonstram, de certa forma, a evolução do ponto de vista jurídico.
- (c) Normalmente, a elaboração de medidas adequadas e justas demandam bom senso dos legisladores para que não se cometam injustiças em relação aos efetivos artistas de rua.
- (d) Uma das premissas básicas do conjunto de argumentos sobre a *street art* é a concepção de arte entendida como manifestação da expressão do conhecimento humano ao respeitar o espaço urbano.
- (e) Não existem parâmetros de bom senso que vão às ruas para denegrirem o visual urbano; não existe uma referência cidadã na mentalidade de quem polui o espaço coletivo, razão pela qual devem haver leis ,nesses casos para estabelecer a correta sanção para os infratores.

7) De acordo com a função, no texto, marque o vocábulo grifado que não foi classificado corretamente:

- (a) A pichação despe-se de qualquer referência artística (…)-substantivo /núcleo do sujeito
- (b) (…)transportando-as para um ambiente harmônico onde poderá fazer livremente suas incursões no imaginário oferecido(…)- pronome relativo /adjunto adverbial de lugar
- (c) Aquilo que é prazeroso para os olhos e que tem aptidão (…)- adjetivo/complemento nominal
- (d) Principalmente quando se aproxima a propaganda eleitoral- conjunção subordinada temporal/conectivo subordinativo adverbial temporal .
- (e) Daí que o legislador tirou a grafitagem do limbo- substantivo/objeto direto

8) Assinale o conectivo sublinhado que, como elemento coesivo ,retorna ao vocábulo expresso anteriormente :

- (a) Muitos sítios arqueológicos preservados apontam que, desde a época a época da Pedra Lascada, o artistas pintavam animais, preferencialmente cavalos, mamutes, bisões e seres humanos, com destaque para as mulheres .
- (b) Ocorre que, lentamente, a própria avaliação estética proporcionou uma separação(…)
- (c) A arte popular, desta forma, recebe licença para fazer seu vernissage nas ruas, exibir o conteúdo de suas belas-artes e demonstrar que a estética está diretamente relacionada com a filosofia do belo.()
- (d) Daí que o legislador, sem muita dificuldade e em boa hora, interpretou a vontade popular.
- (e) A legislação brasileira que trata da aplicação de sanções penais e administrativas em decorrência de atividades lesivas ao meio ambiente(artigo 65 da Lei nº 9,605/1988)(…)

9) A palavra “descrição” não deve ser confundida com “discriminação”, seu parônimo. Indique a opção na qual as palavras completam corretamente os espaços do trecho abaixo. Há alguns anos, as pessoas que pichavam ou grafitavam os espaços públicos e acabavam por..... a Lei 9.605/1998. Não havia, portanto, qualquer tipo de..... a este ato contra o patrimônio público. Já em 2011, a Lei 12.408..... a culpabilidade da manifestação artística dos grafiteiros.

- (a) infligir_ remissão_ elidiu
- (b) infringir - remissão- ilidiu
- (c) infligir- remissão- ilidiu
- (d) infringir-remissão- elidiu
- (e) infringir- remissão- ilidiu

10) Indique a frase abaixo que fere os princípios da coesão, pois desrespeita o vínculo entre o termo sublinhado e a palavra que, no texto, a ele se refere.

- (a) A pena é de três meses a um ano e aumenta de seis meses a um ano se o ato for praticado contra monumento ou coisa tombada em virtude de seu valor artístico, arqueológico ou histórico./ “monumento ou coisa tombada”
- (b) A pichação despe-se de qualquer referência artística e, inerente à sua vocação clandestina, invade as ruas com palavras hostis e símbolos. / “referência artística”
- (c) Daí que o legislador, sem muita dificuldade e em boa hora, interpretou a vontade popular e retirou a grafiteagem do limbo, introduzindo-a no rol de condutas lícitas (...) / “a grafiteagem”
- (d) A arte popular, desta forma, recebe licença para fazer seu vernissage nas ruas / “arte popular”
- (e) (...) imagine-se diante de um trabalho de grafite retratando uma cena do amanhecer do pantanal mato-grossense, com seus pássaros coloridos(...) – “do pantanal mato-grossense”

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

O CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos do art. 23 do Regulamento do 39º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL:

1 - D

2 - E

3 - D

4 - B

5 - A

6 - C

7 - E

8 - B

9 - D

10 - C

11 - D

12 - E

13 - A

14 - B

15 - C

DIREITO CIVIL:

1 - D

2 - B

3 - C

4 - E

5 - E

6 - D

7 - B

8 - A

9 - D

10 - A

11 - C

12 - D

13 - E

14 - A

15 – D

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 - A

2 - D

3 - C

4 - E

5 - E

6 - B

7 - B

8 - D

9 - C

10 – A

LÍNGUA PORTUGUESA - INTERPRETAÇÃO DE TEXTO:

1 - A

2 - E

3 - A

4 - C

5 - A

6 - D

7 - C

8 - E

9 - D

10 – B

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva, no prazo de dois dias úteis, subsequentes à publicação do presente Edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua do Carmo, 27, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 11:00 às 17:30 horas.